

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	343.000
Preferenciais	240.000
Total	583.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	192.433	182.120
1.01	Ativo Circulante	54.770	46.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	159	82
1.01.02	Aplicações Financeiras	35	41
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35	41
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	35	41
1.01.03	Contas a Receber	28.592	19.500
1.01.03.01	Clientes	28.592	19.500
1.01.04	Estoques	21.792	21.375
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.329	3.875
1.01.07	Despesas Antecipadas	132	105
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	731	1.584
1.01.08.03	Outros	731	1.584
1.02	Ativo Não Circulante	137.663	135.558
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.943	2.641
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.008	881
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.123	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.123	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.812	1.760
1.02.01.09.03	Imposto a Recuperar	114	112
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	337	337
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.361	1.311
1.02.02	Investimentos	13.817	13.817
1.02.02.01	Participações Societárias	139	139
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	139	139
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.678	13.678
1.02.03	Imobilizado	119.414	118.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	119.414	118.783
1.02.04	Intangível	489	317

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	192.433	182.120
2.01	Passivo Circulante	144.763	120.755
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.350	33.395
2.01.02	Fornecedores	20.028	17.416
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.081	20.261
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.767	34.882
2.01.05	Outras Obrigações	16.537	14.801
2.01.05.02	Outros	16.537	14.801
2.01.05.02.04	Parcelamento de Tributos	14.090	12.381
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.447	2.420
2.02	Passivo Não Circulante	46.224	54.908
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	31.044	37.575
2.02.02	Outras Obrigações	11.531	12.459
2.02.02.02	Outros	11.531	12.459
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	11.531	12.459
2.02.03	Tributos Diferidos	0	1.225
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.225
2.02.04	Provisões	3.649	3.649
2.03	Patrimônio Líquido	1.446	6.457
2.03.01	Capital Social Realizado	9.214	9.214
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-43.191	-38.856
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.423	36.099

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.855	66.774	26.983	55.881
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.384	-52.841	-21.801	-44.542
3.03	Resultado Bruto	8.471	13.933	5.182	11.339
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.286	-9.727	-4.016	-8.633
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.728	-6.659	-3.038	-5.944
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.912	-3.736	-2.002	-3.964
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	354	668	1.024	1.275
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.185	4.206	1.166	2.706
3.06	Resultado Financeiro	-5.765	-11.565	-7.237	-12.741
3.06.01	Receitas Financeiras	990	1.399	945	2.083
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.755	-12.964	-8.182	-14.824
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.580	-7.359	-6.071	-10.035
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	825	2.348	2.011	3.097
3.08.02	Diferido	825	2.348	2.011	3.097
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.755	-5.011	-4.060	-6.938
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.755	-5.011	-4.060	-6.938
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-3,01000	-8,60000	-6,97000	-11,90000
3.99.01.02	PN	-3,01000	-8,60000	-6,97000	-11,90000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.755	-5.011	-4.060	-6.938
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.755	-5.011	-4.060	-6.938

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.062	8.502
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.944	-6.416
6.01.01.01	Resultado Líquido antes do IR e CS	-7.359	-10.035
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.161	3.274
6.01.01.03	Variação Cambial	254	345
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.006	14.918
6.01.02.01	Redução/(aumento) de Clientes	-9.092	208
6.01.02.02	Redução/(aumento) de Estoques	-417	-2.534
6.01.02.03	Redução/(aumento) de Outros Ativos	1.320	1.900
6.01.02.04	Aumento/(redução) de Fornecedores	2.612	750
6.01.02.05	Aumento/(redução) de Obrigações Societárias e Trabalhistas	9.955	7.278
6.01.02.06	Aumento/(redução) de Obrigações Tributárias	8.601	6.303
6.01.02.07	Aumento/(redução) de Outras Variações de Passivos	27	1.013
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.085	-458
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-4.441	-3.570
6.02.02	Baixa de Imobilizado	672	538
6.02.03	Aquisição Intangível	-195	0
6.02.04	Variação de Aplicações Financeiras sem Liquidez Imediata	-121	2.574
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.900	-8.374
6.03.01	Captação de Empréstimos	70.824	61.406
6.03.02	Juros sobre Empréstimos	4.274	5.916
6.03.03	Pagamento de empréstimos, incluindo juros	-79.998	-75.696
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77	-330
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82	448
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	159	118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-38.856	36.099	6.457
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-38.856	36.099	6.457
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.011	0	-5.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.011	0	-5.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	676	-676	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	60	-60	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20	20	0
5.06.04	Realização sobre o Custo Atribuído	0	0	0	963	-963	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-327	327	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-43.191	35.423	1.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-24.702	37.494	22.006
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-24.702	37.494	22.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.938	0	-6.938
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.938	0	-6.938
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	704	-704	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	60	-60	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20	20	0
5.06.04	Realização sobre o Custo Atribuído	0	0	0	1.006	-1.006	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-342	342	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-30.936	36.790	15.068

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	91.588	73.396
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.543	73.362
7.01.02	Outras Receitas	45	342
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-308
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.692	-28.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.815	-11.904
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.551	-17.655
7.02.04	Outros	674	941
7.03	Valor Adicionado Bruto	50.896	44.778
7.04	Retenções	-3.161	-3.274
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.161	-3.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.735	41.504
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.399	2.083
7.06.02	Receitas Financeiras	1.399	2.083
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.134	43.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.134	43.587
7.08.01	Pessoal	24.078	20.934
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.917	17.165
7.08.01.02	Benefícios	2.878	2.671
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.283	1.098
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.740	17.165
7.08.02.01	Federais	9.972	9.733
7.08.02.02	Estaduais	10.689	7.408
7.08.02.03	Municipais	79	24
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.327	12.426
7.08.03.01	Juros	8.961	12.121
7.08.03.02	Aluguéis	366	305
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.011	-6.938
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.011	-6.938

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO****1 – RECEITA LIQUIDA**

As vendas líquidas acumuladas neste 2º trimestre de 2013 registraram um aumento de 19,49% com relação ao mesmo período de 2012. O segmento de montadoras, caminhões e máquinas agrícolas vinha patinando deste ano passado quando entrou em vigor a nova motorização EURO 5, agora com o mercado mais confiante em relação a esta nova tecnologia, as vendas subiram 32,01%. No mercado de reposição tivemos aumento nas vendas líquidas de 20,11%. Em contrapartida, houve uma queda de 21,53% nas vendas para o mercado externo, em função, principalmente do fraco desempenho da economia da Europa e EUA.

DESCRIÇÃO	2T2012	2T2013	Varição
Mercado de Montadoras	27.115	35.795	32,01%
Mercado de Reposição	20.189	24.249	20,11%
Mercado Externo	8.577	6.730	-21,53%
RECEITA LIQUIDA	55.881	66.774	19,49%

2 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) acumulado no segundo trimestre de 2013 atingiu R\$ 52.841 mil (R\$ 44.452 mil em 2012), representando 79,13% da Receita Operacional Líquida (79,55% em 2012).

Estes custos, comparativamente a ROL, estão apresentando redução no decorrer deste 2º trimestre, com tendência de continuidade de queda nestes próximos meses, em função do aumento dos volumes de produção e, também, decorrente dos trabalhos contínuos de redução de custos que estão em andamento.

DESCRIÇÃO	2T2012	2T2013
CPV	44.452	52.841
% s/ ROL	79,55%	79,13%

Comentário do Desempenho

3 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R\$ 9.727 mil acumulado no 2º trimestre de 2013 (R\$ 8.633 mil em 2012), absorvendo 14,57% da receita operacional líquida (15,45% em 2012). A Companhia está exercendo forte controle de suas despesas, impactando na redução de 5,70% com relação ao 2º trimestre de 2012.

DESCRIÇÃO	2T2012	2T2013
Desp. Operacionais	8.633	9.727
% s/ ROL	15,45%	14,57%

4 – EBITDA

No segundo trimestre de 2013, o EBITDA acumulado atingiu R\$ 7.367 mil (R\$ 5.980 mil em 2012). Observa-se um aumento de 23,19% frente ao mesmo período de 2012.

	30/06/2012	30/06/2013
(=) Lucro Operacional Bruto	11.339	13.933
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(3.964)	(3.736)
(-) Despesas de Vendas	(5.944)	(6.659)
(-) Outras Despesas/Receitas	1.275	668
(+) Depreciação	3.274	3.161
(=) EBITDA	5.980	7.367

5 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras líquidas da empresa neste segundo trimestre de 2013 atingiram R\$ 11.565 mil, representando 17,32% da ROL, contra R\$ 12.741 mil, do primeiro trimestre de 2012 representando 22,80% da ROL. A Cia vem empreendendo esforços no sentido de reestruturar seu endividamento oneroso, buscando com isto redução nas despesas financeiras.

Comentário do Desempenho

6 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LIQUIDO

Neste segundo trimestre de 2013 a empresa apresentou acumulou um lucro operacional, desconsiderando-se os efeitos financeiros, de R\$ 4.206 mil representando 6,30% da receita operacional líquida. Em 2012 o lucro operacional do segundo trimestre acumulado foi de R\$ 2.706 mil, o que representa 4,84% sobre a receita operacional líquida.

O resultado líquido acumulado no segundo trimestre de 2013 foi de R\$ -5.011 mil negativos, contra R\$ -6.938 mil negativos de 2012.

7 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do 2º trimestre são como segue:

DESCRIÇÃO	2T2012	2T2013	Varição
Prazo Médio de Recebimento	39	38	-1
Prazo Médio de Pagamento	44	35	-9

8 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Riosulense acumulado neste segundo trimestre de 2013 totalizaram R\$ 4.636 mil. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas e ferramentais necessários a produção.

9 – RECURSOS HUMANOS

Em 31/03/2013, o quadro de colaboradores era de 1.140 contra 1.183 em 30/06/2013, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da demanda.

Comentário do Desempenho

10 – PERSPECTIVAS

Este primeiro semestre de 2013 foi caracterizado pelo incremento nos níveis de produção para o segmento de montadoras, linha pesada. Para o terceiro trimestre, os negócios já consolidados apontam para um crescimento ainda mais forte, normalizando assim os níveis de produção da Companhia, que passa a operar com sua capacidade máxima, no que diz respeito aos recursos voltados ao segmento montadoras.

O mercado de reposição por sua vez também esta apresentando aumento com relação a 2012, devendo continuar com demanda forte também no 3º trimestre por conta do aumento da capacidade de produção da linha de camisas de cilindro. A Companhia também esta atuando fortemente na recuperação das vendas para o mercado externo, através do desenvolvimento de novos mercados e clientes e, também, novos negócios frente aos clientes atuais.

Assim, de forma geral, a Companhia trabalha com perspectivas otimistas para os próximos trimestres, com uma expressiva recuperação nas vendas e, conseqüentemente, no resultado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia” ou “Riosulense”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 144.763 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 54.770, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 89.993 (R\$ 74.193 em 31 de dezembro de 2012).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e instituições financeiras de curto e longo prazo.

As informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 31 de julho de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em

Notas Explicativas

conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das Informações Trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas Informações Trimestrais, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As Informações Trimestrais são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassê”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos

Notas Explicativas

os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Notas Explicativas

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Informações Trimestrais tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Informações Trimestrais tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas Explicativas

2.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<u>Grupo patrimonial</u>	<u>Prazo</u>
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros

Notas Explicativas

constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros, desta forma foram todos reconhecidos ao resultado.

2.14 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas Explicativas

Venda de produtos e serviços

A receita de serviços é reconhecida na medida em que os serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres são prestados até uma data-corte. Quando o resultado das movimentações e armazenagens não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de aluguel

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados

Notas Explicativas

juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
INSS – Instituto Nacional Seguridade Social	1%

2.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

2.18 Pronunciamentos contábeis revisados com aplicação para 2013

O CPC emitiu um conjunto de emendas e revisões de suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação, com aplicação para 2013. A adoção dessas revisões não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das Informações Trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Informações Trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2012. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Notas Explicativas

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa	5	-
Banco conta movimento	154	82
Total de caixa e equivalente a caixa	159	82

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Aplicações financeiras

	30/06/2013	31/12/2012
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	999	878
Fundo de liquidez – CDB	2	2
Títulos de capitalizações	42	42
Total de bancos e aplicações financeiras	1.043	922
Circulante	35	41
Não circulante	1.008	881

Em 30 de junho de 2013 as aplicações financeiras estavam mantidas em CDBs, sendo remuneradas por taxas de 75% a 95% do CDI (75% a 95% do CDI em 31 de dezembro de 2012). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia possui um saldo de R\$ 999 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 878 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

6. Clientes

	30/06/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes mercado interno	22.383	14.300
Contas a receber de clientes mercado externo	7.492	6.483
Total do contas a receber	29.875	20.783
Provisão para devedores duvidosos	(1.283)	(1.283)
Total de clientes	28.592	19.500

Aging-list contas a receber de clientes

	30/06/2013	31/12/2012
Títulos a vencer superior a 90 dias	659	181
Títulos a vencer até 90 dias	22.668	13.479
Vencidos em até 90 dias	1.894	1.553
Vencidos de 90 a 180 dias	371	306
Vencidos superior a 180 dias	4.283	5.264
Contas a receber de clientes	29.875	20.783

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Movimentação Provisão para devedores duvidosos	30/06/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(1.283)	(451)
Adições	-	(882)
Baixas	-	50
Saldo no final do período	(1.283)	(1.283)

7. Estoques

	30/06/2013	31/12/2012
Produtos acabados	7.397	7.957
Mercadorias para revenda	2.347	1.777
Mercadorias em consignação	2	2
Produtos em elaboração	2.920	3.156
Matéria prima	4.798	4.702
Almoxarifado	4.820	4.273
Provisão para estoques obsoletos	(492)	(492)
Total dos estoques	21.792	21.375

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Movimentação Provisão para estoques obsoletos	30/06/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(492)	(232)
Adições	-	(260)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	(492)	(492)

8. Impostos a recuperar

	30/06/2013	31/12/2012
PIS a recuperar	507	595
COFINS a recuperar	1.887	2.285
ICMS a recuperar	936	1.000
IRRF a recuperar	113	107
Total impostos a recuperar	3.443	3.987
Circulante	3.329	3.875
Não circulante	114	112

9. Propriedades para investimento

	30/06/2013	31/12/2012
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	13.678
Total propriedades para investimento	13.678	13.678

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou as avaliações para as propriedades para investimentos efetuadas por consultores independentes especialistas nesse ramo. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método involutivo, foram as seguintes:

- Taxa de Ocupação: 65%.
- Área mínima por lote: 360m².
- Custo de implantação: 33% do valor avaliado.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 12 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

No trimestre findo em 30 de junho de 2013, não houve variações significativas das premissas e, conseqüentemente, alteração do valor justo dos imóveis em relação à 31 de dezembro de 2012. Desta forma, não houve a necessidade de registrar ganhos/perdas ao resultado do período.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2011	34.952	20.592	59.477	752	472	425	3.077	119.747
Adições	-	-	2.022	21	8	7	4.005	6.063
Baixas	-	-	(9)	(17)	-	-	(578)	(604)
Transferências	-	206	1.293	(27)	22	48	(1.542)	-
Depreciação	-	(603)	(5.442)	(210)	(92)	(95)	-	(6.442)
Baixas da depreciação	-	-	6	13	-	-	-	19
Saldo em 31/12/2012	34.952	20.195	57.347	532	410	385	4.962	118.783
Adições	-	-	1.227	23	16	-	3.175	4.441
Baixas	-	-	(67)	-	-	-	(614)	(681)
Transferências	-	257	620	76	60	39	(1.052)	-
Depreciação	-	(309)	(2.652)	(89)	(44)	(44)	-	(3.138)
Baixas da depreciação	-	-	9	-	-	-	-	9
Saldo em 30/06/2013	34.952	20.143	56.484	542	442	380	6.470	119.414

Nas informações intermediárias a depreciação foi registrada no resultado do período de seis meses findos, sendo R\$ 3.063 classificadas como custos, R\$ 23 como despesas comerciais e R\$ 52 como despesas administrativas (R\$ 3.159, R\$ 32, R\$ 64, respectivamente para o período de seis meses em 30 de junho de 2012).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos.

Notas Explicativas**11. Intangível**

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2	352	354
Amortizações	-	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2	315	317
Adições	-	195	195
Amortizações	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de junho de 2013	2	487	489

A despesa com amortizações foi debitada ao resultado como R\$ 15 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 1 como “despesas comerciais” e montante de R\$ 7 como “despesa administrativas” para o período de três meses findos em 30 de junho de 2013 (R\$ 13, R\$ 2, R\$ 4, respectivamente para período de três meses findo em 30 de junho de 2012).

12. Fornecedores

	30/06/2013	31/12/2012
Fornecedores de mercadorias	15.806	13.140
Fornecedores de serviços	4.222	4.276
Total fornecedores	20.028	17.416
Aging-list de fornecedores	30/06/2013	31/12/2012
Títulos a vencer	6.310	5.055
Vencidos em até 90 dias	2.539	8.037
Vencidos em até 90 a 180 dias	4.006	1.648
Vencidos há mais de 180 dias	7.173	2.676
Fornecedores	20.028	17.416

Notas Explicativas**13. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Juros mensal	Garantias	30/06/2013	31/12/2012
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipototeca/Trava	42.032	43.737
ACC	9% ao ano	Aval	1.813	1.289
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	2.587	2.836
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipototeca	5.053	5.499
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	2.747	3.744
Financiamentos	1,72% a 1,90%	Alienação Fiduciária	334	498
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	218	326
Prodec	4% ao ano		12.822	14.100
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		205	428
Total de empréstimos e financiamentos			67.811	72.457
Circulante			36.767	34.882
Não circulante			31.044	37.575

Por data de vencimento

	30/06/2013	31/12/2012
Em até 6 meses	29.846	23.097
De 6 meses a 1 ano	6.921	11.785
De 1 a 2 anos	12.853	12.969
De 2 a 3 anos	9.749	13.021
De 3 a 4 anos	6.046	6.264
Acima de 4 anos	2.396	5.321
Total de empréstimos e financiamentos	67.811	72.457

A Companhia não apresenta cláusulas restritivas mantidas com as instituições financeiras.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2013	31/12/2012
Salários a pagar	2.487	1.479
Provisão de férias a pagar e 13 salário	5.459	3.238
INSS a recolher	29.309	24.124
FTGS a recolher	214	550
IRRF sobre salários recolher	4.160	2.329
Outros	1.721	1.675
Total obrigações sociais e trabalhistas	43.350	33.395

Notas Explicativas**15. Obrigações tributárias**

	30/06/2013	31/12/2012
PIS	2.608	1.871
COFINS	12.390	8.993
ICMS	12.830	9.226
Outros	253	171
Total obrigações sociais e trabalhistas	28.081	20.261

16. Parcelamento tributário

	30/06/2013	31/12/2012
PIS	1.196	1.174
COFINS	5.432	5.327
ICMS	3.376	3.843
INSS	11.936	11.670
FGTS	1.194	129
Outros	2.487	2.697
Total parcelamento tributário	25.621	24.840
Circulante	14.090	12.381
Não circulante	11.531	12.459

Os tributos foram negociados individualmente com os órgãos competentes e estão registrados para refletir os acordos firmados entre a Companhia e os órgãos e suas parcelas devidamente registradas entre curto e longo prazo.

Por data de vencimento	30/06/2013	31/12/2012
Em até 1 ano	14.090	12.381
De 1 a 2 anos	5.646	8.681
De 2 a 3 anos	4.086	3.165
De 3 a 4 anos	773	309
Acima de 4 anos	1.026	304
Total de parcelamento tributário	25.621	24.840

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social***a) Imposto de renda e contribuição social corrente - conciliação com o resultado*

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	30/06/2013	30/06/2012
Prejuízo antes do IR e CS	(7.359)	(10.035)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	2.502	3.412
Efeito sobre diferenças permanentes		
Brindes	(17)	(29)
Propaganda	(74)	(49)
Multas	(63)	(235)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	2.348	3.097
Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	2.348	3.097

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais e base negativa de CSSL (i)	19.543	18.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	435	435
Provisão para estoque obsoleto	167	167
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	5.107	3.746
Provisão para demandas judiciais	1.241	1.241
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	35	62
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(454)	(443)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(17.537)	(17.865)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(2.865)	(2.404)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(3.976)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(573)	(593)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	1.123	(1.225)

Notas Explicativas

(i) Prejuízos fiscais

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 57.491 e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 57.451 em 30 de junho de 2013, representando um potencial crédito tributário de R\$ 19.543 (R\$ 54.143, R\$ 54.104 e R\$18.405, respectivamente em 31 de dezembro de 2012). Esses prejuízos fiscais se referem à operação da Companhia que apresenta histórico de prejuízos. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Com base nesse estudo a Companhia decidiu manter seus os prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$19.543 (R\$18.405 em 2012), registrados como Imposto de Renda Diferido.

A expectativa de realização é a que segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014	514	178	692
2015	635	229	864
2016	722	260	982
2017	843	303	1.146
2018	1.050	378	1.428
2019	1.420	511	1.931
2020	1.564	563	2.127
2021	1.691	609	2.300
Acima 2022	5.934	2.139	8.073
Total prejuízo fiscal realizável	14.373	5.170	19.543

Notas Explicativas

18. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	130	1.725	-	1.855
Constituição de provisões	265	259	1.270	1.794
Reversão de provisões	-	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	395	1.984	1.270	3.649
Constituição de provisões	-	-	-	-
Reversão de provisões	-	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2013	395	1.984	1.270	3.649
Depósitos judiciais relacionadas	(337)	-	-	(337)
Provisões para contingências, líquidas	58	1.984	1.270	3.312

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/06/2013
Ações trabalhistas	737
Ações cíveis	1.960
Ações tributárias	2.633
Total de perdas possíveis	5.330

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- Prioridade no reembolso de dividendos, não cumulativos.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial recebe o lançamento do custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem em complemento à reavaliação dos bens realizada em 1994, pelo valor de mercado.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2013, foram realizados o montante de R\$ 676 (R\$ 704 em 30 de junho de 2012) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

c) Retenção de lucros

Corresponde ao valor dos prejuízos acumulados e totalizam R\$ 43.191 (R\$ 38.856 em 2012).

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

a) Transações operacionais

A Companhia não mantém qualquer tipo de transação operacional entre partes relacionadas.

b) Transações não operacionais

A Companhia mantém as seguintes transações não operacionais entre partes relacionadas.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.361	1.311
Pró-labore (Passivo circulante)	377	264
Mutuo (Passivo circulante)	184	301

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

Notas Explicativas

c) Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 28.02.2012 e 05.04.2011 respectivamente, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	30/06/2013	30/06/2012
Conselho de administração	3	571	520
Diretoria administrativa	2	777	709
Previdência privada		3	3
		1.351	1.232

Em 30 de junho de 2013 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGE.

21. Receita de vendas

	30/06/2013	30/06/2012
Receita reposição/revenda mercado interno	37.745	30.177
Receita montadora mercado interno	46.666	33.525
Receita mercado externo	7.028	9.614
Receita venda sucata	104	46
Receita operacional bruta	91.543	73.362
(-) Deduções e abatimentos	(1.489)	(630)
(-) Impostos sobre as vendas	(23.280)	(16.851)
Receita operacional líquida	66.774	55.881

22. Despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por Natureza	30/06/2013	30/06/2012
Custos dos produtos/serviços vendidos	(52.481)	(44.542)
Despesas com vendas e distribuição	(6.659)	(5.944)
Despesas gerais e administrativas	(3.736)	(3.964)
Outras receitas e despesas	668	1.275
Total despesas por natureza	(62.568)	(53.175)

Notas Explicativas

Despesa por função	30/06/2013	30/06/2012
Custos dos bens e serviços	(21.923)	(16.082)
Despesa com comissões	(2.550)	(2.414)
Despesa com fretes	(1.084)	(694)
Outras despesa com vendas	(718)	(797)
Despesa com folha de pagamento	(25.902)	(24.762)
Energia elétrica	(2.293)	(2.156)
Serviços de terceiros	(4.401)	(3.268)
Outras despesas administrativas	(1.204)	(1.003)
Despesa com depreciação e amortização	(3.161)	(3.274)
Outras receitas e despesas operacionais	668	1.275
Total despesas por função	(62.568)	(53.175)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2013	30/06/2012
Recuperação de receita	675	897
Receita com venda de ativo imobilizado	6	-
Indenizações recebidas	24	26
Receitas diversas	15	356
Despesas diversas	(52)	(4)
Total outras receitas e despesas	668	1.275

24. Resultado financeiro líquido

	30/06/2013	30/06/2012
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	850	1.485
Empréstimos subsidiados	445	511
Receitas sobre aplicação financeira	42	23
Juros recebidos	47	55
Descontos obtidos	12	6
Outras receitas financeiras	3	3
Total receitas financeiras	1.399	2.083

Notas Explicativas

	30/06/2013	30/06/2012
Despesas financeiras		
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.455)	(7.864)
Multa e juros sobre impostos	(5.269)	(4.543)
Variação cambial	(841)	(1.925)
Descontos concedidos	(5)	(16)
IOF	(92)	(152)
Outras despesas	(302)	(324)
Total despesas financeiras	(12.964)	(14.824)
Resultado financeiro líquido	(11.565)	(12.741)

25. Prejuízo por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	30/06/2013	30/06/2012
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(5.011)	(6.938)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(8,60)	(11,90)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(8,60)	(11,90)

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Aplicações financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Notas Explicativas

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2013 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas Informações Trimestrais. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 10% e para o cenário Remoto, em 20%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	30/06/2013	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	3.382	2,20	(51)	2,42	693	2,64	1.437
Passivos								
Financiamentos	US\$	1.470	2,20	23	2,42	(300)	2,64	(624)
Efeito no resultado				(28)		393		813

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Notas Explicativas

	Indexador	30/06/2013	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Aplicações Financeiras								
CDB's		1.041	11,50%	120	12,65%	132	13,80%	144
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	47.189	11,50%	(5.427)	12,65%	(5.969)	13,80%	(6.512)
Badesc	TJLP	5.053	6,25%	(316)	6,88%	(348)	7,50%	(379)
BNDES	TJLP	383	6,25%	(24)	6,88%	(26)	7,50%	(29)
Prodec	-	12.822	2,00%	(256)	2,00%	(256)	2,00%	(256)
Finep	-	2.364	5,00%	(118)	5,00%	(119)	5,00%	(119)
Efeito no resultado				(6.021)		(6.586)		(7.151)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

g) Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 30 de junho de 2013 restam 6 operações que representa o montante de US\$ 30 mil (R\$ 135 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas Informações Trimestrais. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 30 de junho de 2013 restam 9

Notas Explicativas

operações que representa o montante de US\$ 386 mil (R\$ 1.980 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas Informações Trimestrais.

27. Informação por segmento

Os segmentos operacionais apresentados são consistentes com a informação financeira utilizada para elaborar a divulgação, sendo a mesma revisada pela diretoria responsável pelas decisões operacionais da entidade, que toma decisões sobre recursos a alocar ao segmento e avalia o seu desempenho.

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receita Líquida	24.249	20.189	35.795	27.115	6.730	8.577	66.774	55.881
Custos sobre vendas	(15.720)	(13.506)	(30.365)	(22.614)	(6.756)	(8.332)	(52.841)	(44.452)
Prejuízo	251	(1.460)	(4.240)	(4.030)	(1.022)	(1.448)	(5.011)	(6.938)

A Companhia não possui controles/informações gerenciais para apresentar ativos e passivos alocados por segmentos.

28. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. As apólices de seguro são emitidas apenas em Companhias de seguro de primeira linha que possam atender a Companhia nas localidades aonde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000	De 18/03/2013 a 18/03/2014

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul, SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Metalúrgica Riosulense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de Junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressalvar nosso relatório de revisão sobre as informações trimestrais, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às informações trimestrais, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 5.011 mil durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 89.993 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas informações trimestrais foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 31 de julho de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP 015.199/O-6 S-SC

Luis Carlos Souza
Contador CRC-1-SC 021.585/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos para os devidos fins e efeitos, de que os relatórios publicados foram por nós preparados e refletem a realidade das nossas operações, com os esclarecimentos adicionais feitos através das notas explicativas.

Declaramos ainda de que não há e não houve nenhum fato relevante que possa comprometer os relatórios publicados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2013, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes.